

MULHERES: CORPOS-TERRITÓRIOS INDÍGENAS EM RESISTÊNCIA!



@dewaneios

SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS 2023 - 16 A 22 DE ABRIL

Fotografia: Acervo ANMIGA

Revisão: Daniela Silva Huberty

Projeto gráfico e diagramação: Cristina Pozzobon

Ilustrações: Wanessa Ribeiro

Em www.comin.org.br você encontrará mais materiais para aprofundar esta temática. Caso queira falar conosco, entre em contato pelo e-mail:

formacao@comin.org.br

E siga nossas redes sociais: [@comin.official](#) e [@fld_act](#)

Conselho de Missão entre Povos Indígenas - COMIN

Fone: 55 51 3590-1440

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B217mBaniwa, Braulina.

Mulheres : corpos-territórios indígenas em resistência!/Braulina Baniwa, Joziléia Kaingang, Giovana Mandulão ; organização Kassiane Schwingel. – Porto Alegre : Fundação Luterana de Diaconia : Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2023.

32 p.: il. ; 21 cm.

ISBN 978-85-93033-16-2

1. Mulheres indígenas- Brasil. 2. Diversidade. 3. Povos indígenas - Brasil - Direitos. 4. Antirracismo. 5. Antimachismo. 6. Índios e violência. I. Kaingang, Joziléia. II. Mandulão, Giovana. III. Schwingel, Kassiane. IV. Título.

CDU 396(=1.81-82)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)



**Braulina Baniwa
Joziléia Kaingang
Giovana Mandulão**

Organização
Kassiane Schwingel

MULHERES: CORPOS-TERRITÓRIOS INDÍGENAS EM RESISTÊNCIA!



Fundação Luterana de Diaconia
Porto Alegre - RS
2023



◊ CORPO-TERRITÓRIO QUE OCUPA ESTE MATERIAL

A ANMIGA - Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade é um movimento ancestral, tradicional e social, criado e constituído por mulheres indígenas dos seis biomas brasileiros, desde o chão da aldeia até o chão do mundo. O corpo-território das ancestralidades está em rede de voz e falas potências de ser as mulheres Biomas, porque somos terra, sementes, raiz, tronco, galhos, folhas e frutos, mulheres conectadas com o corpo da Terra. Somos diversas, somos avós, mães, irmãs, filhas e netas. Nós pelas que vieram antes de nós, nós por nós e nós pelas que virão.

Desse lugar, buscamos romper com a lógica do racismo trazendo nossa voz e nosso olhar nos mais diversos espaços. Evidenciando quem somos nós, as mulheres indígenas, e como é nossa atuação, queremos trazer também nossa ancestralidade, tão potente e diversa. Nós, que somos promotoras de saúde e vida, ocupamos o espaço deste material como estratégia de luta no enfrentamento ao racismo e valori-

zação das nossas próprias vidas.

Queremos que, a partir deste material, profissionais da educação, professoras e professores, educadoras e educadores sociais, consigam combater os preconceitos sobre povos indígenas em seus espaços de atuação, trabalhando para uma educação antirracista. Destacamos que este é um texto pensado para docentes, como instrumento de formação, porém cada pessoa pode adaptar o material ou parte dele para uso direto em sua sala de aula. Este material quer, não somente tematizar a presença e atuação de mulheres indígenas, mas, especialmente, ser a própria fala dessas mulheres a partir de seus biomas. Nossa invisibilidade, embora tenhamos uma grande contribuição na sociedade, é algo que este material quer enfrentar.

Para as próprias mulheres indígenas, queremos que seja um material onde possam “se ver” e ver outras mulheres de vários biomas. Ver “outras de nós” no espaço de voz e representação pode trazer outros pensamentos sobre o papel das indígenas na luta por di-

reitos. Como ANMIGA, queremos dar visibilidade e reconhecimento para mulheres que atuam de forma tão intensa nos territórios, mesmo que tenha sido necessário fazer um recorte limitado pelo tamanho do material. As mulheres presentes aqui são parte do nosso coletivo, dessa grande rede em que atuamos. Dar visibilidade a estas vozes é dar visibilidade a todo o processo de construção que a ANMIGA vem fazendo, que é fortalecer as redes e vozes coletivas.

Nós, da ANMIGA, estamos organizadas a partir da compreensão do corpo-território de:

Mulheres Terra, as co-fundadoras da rede,

Mulheres Raízes, que estão no chão do território, articulando a rede para dentro das bases a partir de seus saberes e fazeres,

Mulheres Sementes, que articulam e organizam nossas mobilizações nos estados,

Mulheres Água, que atuam nas articulações e construções para além do território brasileiro.

Somos terra, raízes, sementes e água, conectadas com nossa ancestralidade e atuando no tempo presente para a garantia da vida, não somente por nós, mas por todas e todos.



Joziléia Kaingang, Indígena Kaingang, do bioma da Mata Atlântica, membra co-fundadora da ANMIGA e da ABIA, antropóloga indígena.



Giovana Mandulão, indígena do povo Macuxi/ Wapichana do estado de Roraima. Especialista em saúde indígena, graduada em Nutrição. Colaboradora da APIB e da ANMIGA.



Braulina Baniwa, Indígena mulher do Bioma Amazônia. Indígena multiplicadora de saberes e Indígena Antropóloga e co-fundadora da ANMIGA e ABIA.





EXISTIMOS COMO CORPO-TERRITÓRIO

Quando pensamos no nosso corpo-território indígena, é necessária uma reflexão para além do que entendemos comumente sobre um corpo. Nós, mulheres indígenas, nascemos em um lugar que se constrói a partir de um ambiente, de um bioma. Então, quando falamos de corpo-território, estamos falando que nós carregamos heranças ancestrais, que carregamos heranças espirituais nos nossos corpos e, além das heranças, carregamos a sabedoria coletiva dos nossos povos.

Quando falamos de corpo-território, dizemos que, embora possamos estar em um outro lugar que não é mais o nosso território dito tradicional, nosso bioma ou as nossas aldeias, carregamos no nosso corpo a marca da coletividade dos nossos povos, a sabedoria das nossas anciãs, a nossa ancestralidade e espiritualidade. Quando nascemos, já fazemos parte de um coletivo, nascemos numa comunidade e é a partir dali que vamos nos formando. Com a sabedoria e o ensinamento das mais velhas e dos mais velhos e fortalecendo a aprendizagem com as crianças, que também ensinam.

Para os povos indígenas, todo esse

contexto é de ensinar e aprender, de se construir a partir das nossas ervas medicinais, para sermos fortes, inteligentes, com habilidades para fazer artesanato, tudo em construção. Nos construímos nesse corpo-território desde que somos criança, desde o nosso nascimento. Então, quando pensamos o corpo-território da mulher indígena, é com tudo que a compõe e, principalmente, a partir dessa coletividade, nossas experiências conjuntas que vão dando suporte uma para a outra.


Um exemplo é o caso das mulheres Kaingang, onde as araucárias são lugar de pertencimento, pois pertencem àquela árvore, assim como aquela árvore pertence a elas. Há uma identificação com os lugares em que está a floresta das araucárias, mostrando que são corpos-territórios coletivos, que são formadas a partir do lugar em que vivem, a partir do bioma em que estão. Esse reconhecimento mostra que podemos estar do outro lado do mundo e, mesmo assim, sermos um corpo-território indígena/Kaingang, que vai estar com a ancestralidade, espiritualidade, história e memória do lugar e do povo.

REFLORESTARMENTES:
TRATA-SE DE
UM GRANDE
CHAMAMENTO
QUE FAZEMOS À
HUMANIDADE, NA
TENTATIVA DE
PROPORCIONAR A
TODOS OS POVOS DO
MUNDO UMA NOVA
FORMA POSSÍVEL DE
NOS RELACIONARMOS
COM A MÃE TERRA
E TAMBÉM ENTRE
NÓS, SERES QUE NELA
VIVEMOS.



É importante dizer que o corpo indígena é político e ele não está separado do território. Então, quando nós lutamos pela demarcação de terras, estamos também lutando pela continuidade da nossa existência enquanto o corpo indígena daquele território. Quando o movimento das mulheres indígenas articula de forma mais sistemática os diálogos, fica evidente que o nosso corpo também é um território de conhecimento, carregado de ancestralidade, carregado de uma educação indígena que traz essa diversidade e especificidade das ciências indígenas. Isso é pensado sempre de forma coletiva, pois uma indígena falar em sua língua, por exemplo, é dar continuidade ao conhecimento milenar das ancestrais. Trazer o protagonismo de voz das mulheres indígenas não é só algo individual daquela que está falando, é também diálogo com vários corpos políticos e vários territórios de vários biomas.

Estes corpos que são territórios e estes territórios que são corpos não podem ser dissociados. Por exemplo, no próprio sistema de saúde indígena há dificuldade, pois quando estamos fora do território, vivendo no espaço da cidade, somos consideradas "desaldeadas". O não reconhecimento pelo Estado é uma violência, porque conti-



nuamos sendo de nosso povo, com pertencimento e conhecimento do povo, trazendo em nós a geração que tudo nos ensinou. Além de saber nossa história, sabemos também de onde somos e para onde estamos indo.

Os corpos-territórios são coletivos, por isso, quando uma indígena está ocupando um espaço, junto com ela está todo seu povo. Somos carregadas do conhecimento de nossas avós e a continuidade nessa geração. Corpo-território como corpo político coletivo também quando estamos reunidas entre nós. Vamos aprendendo umas com as outras, para além do corpo-território que carregamos de nossos povos, firmando nossa voz coletiva e ativa. Porque nos entendemos como elos fortes de uma grande rede, apesar de sermos de povos diferentes.

Historicamente, mulheres indígenas construíram trajetórias muito importantes para o reconhecimento e valorização deste papel que desenvolvemos. Por isso, a necessidade de trazer a memória narrativa e colaboração direta das indígenas, com nossas formas de tecer a história dos povos indígenas no Brasil no mobilizar e articular. Hoje, estamos em todos os espaços somando e convergindo no jeito de fazer coletivo das mulheres. Coordenamos e falamos para o público em geral sobre a impor-

tância da representatividade no espaço político, não só para mulheres, como para os povos indígenas.

O nosso direito de existir se soma na rede ANMIGA desde 2021. Nos somamos às nossas ancestrais, com as nossas vozes e corpos coletivos, para denunciar os contínuos ataques que estamos sofrendo, diante de muitas violências, silenciamentos e discriminação de gênero, desde os primeiros contatos. Nossos corpos-territórios resistem a um processo sistemático de ataques desde a invasão. Para além de denunciar, nós, mulheres indígenas, também anunciamos esta nossa resistência, que se dá no fazer a proteção coletiva, no cuidar dos corpos-territórios, dialogando com a nossa educação indígena feita dentro das casas, até mesmo na hora do fazer dormir das filhas e dos filhos, no preparo do alimento das famílias. Falamos da importância de **reflorestarmos**, desde nossos corações e mentes, nos cuidando para continuarmos existindo como corpo-território de mulheres dos seis biomas.





CORPO-TERRITÓRIO FORTE


O corpo-território precisa ser alimentado para que consiga garantir a vida, nutrido para que se desenvolva e se mantenha saudável. Por isso, a segurança alimentar tem papel tão importante para os povos indígenas e, especialmente, para nós mulheres indígenas. Segundo a FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, o maior desafio da segurança alimentar hoje é o acesso à alimentação adequada e saudável, que seja dada de forma permanente e sustentável, como articulado pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil. Disponibilidade dos alimentos, acesso aos mesmos e consumo adequado do ponto de vista nutricional são os três pilares sobre os quais se assenta o conceito de segurança alimentar.

Embora esteja pactuada a intenção de promoção da segurança e soberania alimentar, temos enfrentado muitos desafios com as mudanças climáticas, a escassez de recursos hídricos e a degradação do solo, que são algumas das ameaças que colocam

em perigo a segurança alimentar. Também os efeitos socioeconômicos, resultados da pandemia da Covid-19, agravam ainda mais o contexto de luta por segurança e soberania alimentar das mulheres indígenas. Para além de toda situação adversa, atravessamos um período difícil da conjuntura política brasileira, com perda de direitos que haviam sido conquistados, fazendo com que o país voltasse ao mapa da fome. Diretamente afetadas, vimos nossas comunidades, nossas filhas e nossos filhos enfrentarem, mais uma vez, um contexto de fome.

Para enfrentar a fome, usamos nosso modo de ser e produzir para garantir um corpo-território forte, bem nutrido e alimentado. Embora tenhamos batido recorde na liberação de agrotóxicos no Brasil nos últimos anos, seguimos fazendo nossos roçados e tentando produzir alimento saudável. Lutamos para manter nossa alimentação tradicional, pois sabemos que é dela que o corpo-território busca a nutrição para se manter.

Para além de nós, compreendemos



que a segurança e soberania alimentar são direitos de todos os povos, pois não queremos alimento envenenado na mesa de ninguém. De acordo com os dados da pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e apresentados no 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, em 2020 mais da metade das pessoas viviam em estado de insegurança alimentar no Brasil.

Entretanto, não temos como garantir segurança alimentar sem garantir os direitos que conquistamos na Constituição Federal de 1988, no que diz respeito à terra, território e aos bens naturais que a constituem. Para garantir a soberania alimentar dos povos indígenas, é primordial que nossos direitos sejam respeitados e assegurados, principalmente no que diz respeito à terra e ao território. Os recursos naturais são a base da nossa economia e segurança alimentar e são fonte inegável da nossa identidade espiritual, cultural e social.

E, nesse entendimento, a terra e o território estão intimamente ligados ao nosso corpo, que vive no adoecimento devido aos impactos sofridos constantemente. Quando lutamos pelo nosso

corpo-território, buscamos que seja respeitado o nosso modo de vida no que se refere à qualidade de vida de cada povo. Sendo assim, a soberania alimentar é alimentar-se saudavelmente, de modo sustentável, ou seja, que ocorra de forma a reduzir o adoecimento dos povos indígenas. Garantindo o que é de direito, sem causar danos ao meio ambiente.

Nós, mulheres indígenas, somos as responsáveis pela determinação do que será consumido nos lares, bem como a determinação dos produtos plantados. Nesse sentido, nós temos um papel importante na soberania alimentar indígena. Culturalmente, em muitos povos, é a mulher quem gerencia e determina essa parte da alimentação, que vai desde a criação, a plantação até o preparo. É evidente que há variações entre os hábitos alimentares de cada povo, mudando assim a base da alimentação. Mas, quem determina o modo que vai ser plantado e a forma que será servido, normalmente somos nós, as mulheres indígenas. Daí a importância de nos fortalecermos, levando o conhecimento referente à nossa atuação quanto à valorização do saber tradicional na produção da autossuficiência, sustentabilidade e autonomia das comunidades, de modo a respeitar também a natureza.

BIOMAS BRASILEIROS







CORPO-TERRITÓRIO SEGURO

O primeiro ataque violento à nossa existência foi a chegada dos não indígenas e das não indígenas dentro dos nossos territórios, não respeitando esse espaço enquanto corpo de conhecimento, de múltiplas práticas e vivências. O contato e invasão dos nossos territórios é considerado por nós como um dos maiores ataques violentos sofridos pelos nossos corpos-territórios. Portanto, desde 1500 sofremos ataques sistemáticos.

O contato com essa violência aconteceu sob diferentes formatos e pretextos, seja com a mentira de "salvação da alma" que nos discriminou de forma silenciosa, até deixar de falar as línguas indígenas nesse processo. Embora sempre existiu resistência a essas violências, o enfrentamento com maior visibilidade acontece quando começamos a nos reunir na primeira e segunda Marcha das Mulheres Indígenas, denunciando que o nosso corpo-território tem sofrido muitas violências. Desde a não demarcação do nosso território, num processo que violenta nosso corpo e nossa existência, até o não acesso aos nossos alimentos.

A partir da ocupação de outros espaços pelos nossos corpos, fomos sendo

vítimas de outras violências na relação com não indígenas, deixando evidente o quanto não somos bem-vindas. Dos vários exemplos em espaços que poderíamos citar, destacamos as indígenas mães no espaço da universidade, que nos últimos 10 anos se desafiaram a demarcar com seus corpos-territórios também o espaço das universidades. Esta presença resistência fez e faz a diferença, tanto que hoje podemos ver que algumas universidades e programas se reinventaram a partir do diálogo com as mulheres nos espaços.

São muitas situações violentas que atravessam as existências dos corpos-territórios das mulheres indígenas, muitas delas vinculadas ao racismo e ao machismo. O simples fato de não dominar a língua portuguesa já é motivo para processos de exclusão e discriminação, a simples presença de nossos corpos em espaços diversos já nos torna vítimas de olhares preconceituosos, especialmente quando estamos com nossas pinturas de jenipapo e urucum.

No enfrentamento à violência racista, temos construído estratégias de visibilidade para nossas presenças. Temos ocupado espaços na publicidade e nas redes sociais, trazendo a diversidade de povos no Brasil e mostrando nossos ros-

EMBORA NÓS
TENHAMOS HOJE
UM ACESSO A
UNIVERSIDADES
ATRAVÉS DE AÇÕES
AFIRMATIVAS
E POLÍTICAS DE
LEI DE COTAS,
NA MAIORIA
DOS CASOS NÃO
CONSEGUIMOS
PERMANECER NA
UNIVERSIDADE
DEVIDO AO
RACISMO
ESTRUTURAL.




tos, corpos, vozes. Pautamos o governo para que nossas línguas sejam reconhecidas como co-oficiais, bem como construímos em diálogo e acompanhamos a execução de políticas públicas.

A sexualização de nossos corpos-territórios também é um processo muito violento que vivenciamos, especialmente quando os não indígenas nos assediam ou mesmo quando querem nos encaixar num mesmo padrão. Dizemos que somos diversas, assim como nossos corpos-territórios e nossos biomas. Nossos corpos-territórios não estão à disposição!

Infelizmente, as violências não acontecem somente fora de nossas comunidades. As realidades mostram cenários de violências contras as indígenas, assim como outras mulheres não indígenas vivenciam em seus espaços e comunidades. Nosso esforço, com destaque para os 28 encontros realizados nos territórios pela ANMIGA, tem sido de nos aproximarmos e entendermos as dores, umas das outras. Temos falado das violências que sofremos desde a infância até virarmos anciãs. Mesmo na dor e nas lágrimas, nos acolhemos e sonhamos com o bem viver coletivo, sem violência.

Pautamos nossa atuação e nossas vidas na construção de corpos-territórios livres da violência, lugares seguros para todas e todos. Queremos terra demarcada,



rio sem garimpo, comidas sem agrotóxicos e ter corpos-territórios respeitados em sua diversidade, sem assédio e sem violência doméstica. Esse grito é de todas nós!

Acolhemos nossas parentas quando ouvimos umas às outras, comemos juntas, cantamos juntas. Quando uma de nós é violentada, todas nós somos. Nossa percepção é coletiva, nos cuidamos em nossos grupos e também nas redes, que têm sido um espaço estratégico para estarmos, mas que também gera muitos ataques. Não aceitamos que nenhuma de nós seja atacada, pois com elas estão sendo atacados nossos biomas. Quando uma de nós morre, também morre um pouco de cada uma de nós.

Para além do acolhimento, temos nos articulado na busca por mecanismos no sistema de justiça para enfrentar a violência, mas também temos pensado em como educar os nossos filhos, como falar sobre as violências nas nossas comunidades para que esse processo seja interrompido. Falamos sobre a violência porque a primeira coisa que precisamos para enfrentar o que vivemos, seja a violência externa ou seja violência interna, é fazer com que os nossos homens da comunidade também abracem com a gente esta luta.

Precisamos que os homens estejam lado a lado para enfrentar essa violência, pois uma mulher agredida é uma agressão ao território, ao povo. Um homem

que comete uma violência precisa de um acompanhamento, precisa de uma formação, para além de responder pelo o que faz e sofrer as consequências. Quando entendemos que precisamos na nossa comunidade de um conjunto harmônico, isso é, ter homens-mulheres-crianças-pessoas anciãs saudáveis, nós entendemos que a violência naquele lugar é um agente externo. Agente este que prejudica e destrói, sendo mais um fruto do violento processo de colonização.

Para além da violência de gênero, temos nos articulado em rede para o enfrentamento de outras violências, com papel importante da comunicação. Quando acontece algo em um território, como um ataque de madeireiros ou a queima das casas de reza, dentre várias outras situações de violência, nós rapidamente conversamos e somamos nas denúncias das situações. Nesse sentido, reforçamos o sentimento de coletividade, de que ninguém está sozinha ou sozinho. Por isso, adotamos de forma tão veemente o termo “parente” entre nós, algo que vai muito além de parentesco sanguíneo, mas sim como parente indígena, um termo que reflete o cuidado entre nós.

Temos certeza que nossa caminhada por um corpo-território seguro, sem violências, ainda apresentará muitos desafios, mas é coletivamente e na nossa ancestralidade que encontraremos todos os caminhos para essa construção.





CORPO-TERRITÓRIO SAUDÁVEL E LIVRE

Pensar o corpo-território indígena como um espaço livre e saudável tem a ver não somente com as dimensões físicas, mas também envolve a espiritualidade. Do mesmo modo, para os povos indígenas, a questão espiritual está ligada ao nosso corpo-território presente. Nós entendemos a espiritualidade como um todo. Entendemos a espiritualidade como as nossas águas que correm nos nossos territórios, entendemos a espiritualidade no território que a gente vive, entendemos como parte que nos compõe enquanto seres humanos e feito também de seres não humanos.

Nós, mulheres indígenas, entendemos que nós só podemos ser quem somos a partir da compreensão do todo, a partir da compreensão da espiritualidade que está presente no nosso canto, no nosso rezo, na batida do nosso maracá. Nós entendemos a espiritualidade como este lugar dos nossos espíritos também, que vêm para este mundo e que estão neste mundo representados de diversas formas, seja nos animais, seja nas plantas, seja nos nossos alimentos, seja no nosso canto e na nossa dança. A espiritualidade que está em tudo, está para além de um discurso, ela está além de acreditar em um único ser superior que pode ter o direito

de dizer qual é o momento da vida e qual é o momento da morte, a espiritualidade é feita da nossa ancestralidade.

A espiritualidade dos povos indígenas perpassa todo o entendimento sobre a vida, a comunidade e o território. Para muitos povos, se existe um mundo onde vivemos, que é o mundo deste plano, existem também outros mundos que compõem a cosmovisão indígena. Acreditamos que nós não estamos sós aqui, e também estamos presentes em outros lugares que fazem parte do todo.

A partir dessa compreensão, vemos a medicina indígena e a espiritualidade intimamente conectadas. Muitas vezes, a medicina ocidental não alcança a complexidade das doenças e curas indígenas, justamente por promover o distanciamento das dimensões físicas e espirituais, buscando fragmentar este corpo-território que, para nós, é um corpo único. Nossa medicina indígena foi, ao longo do processo histórico, atuando para a manutenção de um corpo-território saudável e aprendendo a lidar com uma série de doenças trazidas pelas pessoas invasoras, também em todas as dimensões.

Na linha de frente da medicina indí-




O TERMO MAIS
CONHECIDO PELAS
PESSOAS NÃO INDÍGENAS
PARA DENOMINAR UMA
LIDERANÇA ESPIRITUAL
INDÍGENA É "PAJÉ", PORÉM
HÁ VÁRIOS NOMES PARA
DEFINIR ESSA PESSOA,
DEPENDENDO DO POVO.
TAMBÉM HÁ HOMENS E
MULHERES NESTA FUNÇÃO,
SEMPRE COM PAPEL
MUITO IMPORTANTE NAS
COMUNIDADES.

gena, estamos nós, indígenas mulheres, que ocupamos um lugar das que têm a sabedoria milenar para poder fazer os chás, fazer a comida. Nossa medicina vem da perspectiva do cuidado ao corpo adoecido, mas também, antes, na manutenção da

saúde. Somos as remedeiras, somos quem conhece cada remédio do mato, a partir da sabedoria das gerações, da ancestralidade. Nós aprendemos umas com as outras sobre o que é importante, sobre qual alimento ou chá vai reverter uma doença, qual é a massagem que deve ser feita numa criança ou numa mulher. Tudo isso tem a ver com a espiritualidade e com o conhecimento ancestral que carregamos e que é passado de geração a geração.

Temos esse potencial, temos esse conhecimento e sabemos o que fazer quando há um adoecimento. Atuamos junto a outras pessoas, como quando acompanhamos um caso que é para os pajés, por exemplo. Nossa sabedoria permite saber qual o melhor encaminhamento, reconhecendo quem tem acesso ao mundo espiritual e levando até ele as crianças e as pessoas adultas quando o remédio não dá conta de tratar aquele adoecimento. Muitas vezes, é o pajé quem trabalha nesse campo espiritual e que vai dar uma resposta para esse adoecimento, mas, somos nós, indígenas mulheres, que temos a sabedoria de manejar tanto o remédio quanto essa questão espiritual.

Outra questão que tem afetado o corpo-território como lugar de saúde é a interferência de outras práticas religiosas que adentraram nos territórios. Essa chegada nas nossas comunidades também trouxe desrespeito com as nossas práticas de espiritualidade dentro de nossas casas. A im-



posição de igrejas cristãs, que muitas vezes se dizem “salvadoras de almas”, silenciaram nossas práticas, nossos conhecimentos. Instituições religiosas que adentraram em nossos espaços com intuito de evangelização acabam, muitas vezes, ferindo nosso corpo-território e nossa ancestralidade.

Essa violência religiosa se traduz no não reconhecimento das nossas práticas, promovendo o maior genocídio no que diz respeito à nossa espiritualidade. Em alguns momentos, fomos inocentes nesses contatos com outras religiões e, muito silenciadas, acabamos praticando outras religiões e deixando as nossas de lado. Em alguns contextos, essa foi também uma estratégia de sobrevivência, infelizmente. Porém, a partir do momento em que acessamos nossos direitos, compreendemos que falas como a “salvação à alma” são uma violência com as nossas práticas. Há, nesse sentido, também um processo de valorização do nosso conhecimento a partir da espiritualidade que é praticada pelas mulheres.

A intolerância religiosa tem sido uma violência constante em muitos corpos-territórios, como no caso do povo Guarani e Kaiowá, que tem suas casas de reza atacadas e queimadas. Essas atitudes violentas são fruto do imaginário construído sobre nossas espiritualidades pelas igrejas cristãs, tão distante de nossas práticas reais. Desde muito tempo, há um esforço de traduzir a bíblia para os povos indígenas,

numa tentativa de impor o cristianismo como a religião a ser seguida, como o “melhor caminho” para nós. Trazemos esse tema, através de nossas vozes, para denunciar a violência desse processo que tentou dizimar nossas práticas espirituais.

Frente a essas violências, para além das denúncias, temos tentado recuperar não só a terra que foi roubada, mas também a nossa existência em todas as dimensões. Continuamos semeando a nossa vida, pois entendemos que nós somos a cura da Terra. Temos insistido na importância de curar os nossos corpos-territórios individualmente, mas também coletivamente. Levantamos as nossas vozes para defender a floresta, para defender os lagos, as montanhas, as planícies, os desertos e os mares. Também para defender cada uma de nós e dizer que somos nós quem decidimos sobre os nossos corpos-territórios, sobre nossa espiritualidade. Construimos, no dia a dia, um mundo onde as nossas vidas importam, onde todas as vidas humanas e não humanas importam.

Nós somos indígenas mulheres que partem do nosso conhecimento para ocupar, com as nossas forças ancestrais, este lugar da cura da Terra. Nós temos mulheres benzedeiros que, desde o pé no chão da aldeia e o pé no chão do mundo, promovem vida. Seguiremos resistindo como sementes de cura para todas e todos e também para este mundo que está doente.





CORPO-TERRITÓRIO DO NOSSO MODO

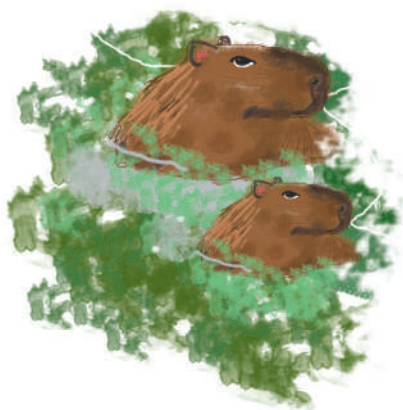
Cada povo tem suas especificidades e, ao mesmo tempo, tem aproximações culturais. Na educação, percebemos muitas características parecidas, como os cuidados umas com as outras, das mais velhas, nossas avós, mães e tias, com as mais jovens. As indígenas, que carregam os saberes ancestrais, são as responsáveis por nos alimentar e cuidar de toda a família. E, nesta ação de alimentar corpo e espírito, estão muitos cuidados, desde fazer a roça e plantar as sementes até o momento de colher e cozinhar o alimento. Estas mulheres são responsáveis pelo cuidado com nossos corpos, preparando o corpo-território com chás, banhos de ervas, emplastos, benzimentos. Também na educação sobre modos sociais de ser indígena, contando as histórias que trazem narrativas de aprender com o hábito da escuta, do desenvolvimento da criança na interação do aprender fazendo as práticas cotidianas da casa/comunidade indígena. Entendemos que o cuidado é um processo educativo na vida indígena. Quando meninas, aprendemos nas brincadeiras a cuidar da outra e do outro, praticando com as crianças pequenas, com os animais da casa. Essa é a ação pedagó-

gica ensinar-praticar para se desenvolver.

Existe, entre nós, uma reciprocidade muito grande, trocas de afetos não verbalizados acontecem de forma constante. As mulheres jovens cuidam das avós, dando apoio e suporte na casa e na roça, e estas, por sua vez, ensinam tudo o que aprenderam para as mais jovens, garantindo que aquele saber, ou saber-fazer, possa contribuir na continuidade da vida.

No processo da escolarização e na tentativa de fazer a inserção da escola como ferramenta do Estado para a dominação dos povos, implementa-se a educação escolar. Esse agente externo teve papel fundamental na tentativa de modificar as culturas indígenas, trazendo a língua portuguesa brasileira, por exemplo, como oficial e produzindo o apagamento ou inferiorização das línguas indígenas. Assim foi com a alimentação, o modo de produção de alimentos, o modo de vestir e deixar de usar as pinturas e os artesanatos que enfeitam e ritualizam os corpos e os territórios. A educação escolar esteve neste lugar de opressora para nossos povos durante séculos, como arma, com propósito da destruição do nosso conhecimento, subalternizando nossa ciência e deslegitimando nossa pedagogia.

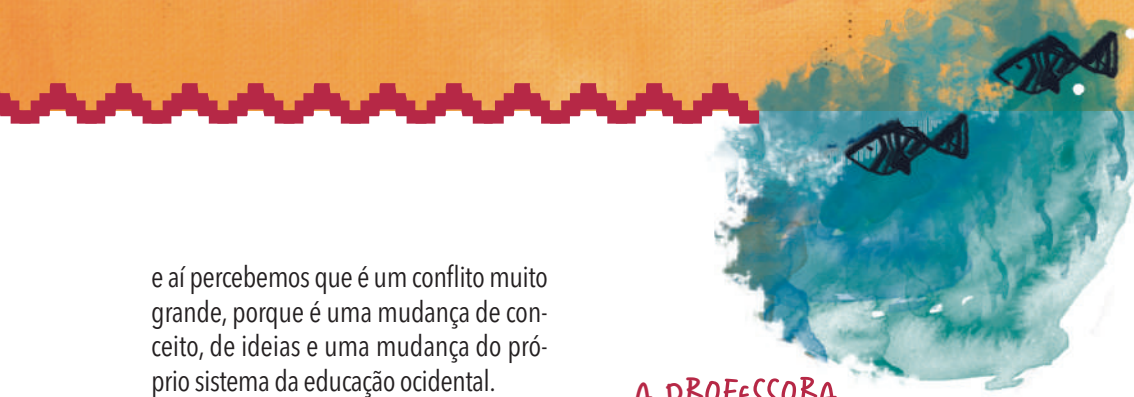
ENTENDEMOS A EDUCAÇÃO
COMO O TODO QUE VAI
SE CONSTITUINDO NO
CORPO DA COMUNIDADE
A PARTIR DAS CASAS, DO
TERRITÓRIO DAS ALDEIAS,
COM AS BRINCADEIRAS,
COM OS ARTESANATOS, NA
ROÇA, COM O PREPARO DA
TERRA, COM O PLANTIO,
A COLHEITA, O PREPARO
DO ALIMENTO. NA CASA DE
FARINHA, ASSIM COMO NA
CASA DE PIMENTA, SE FAZ
EDUCAÇÃO.



Embora a força do Estado com a escola tenha feito modificações intensas e substanciais nas culturas indígenas, houve e há resistência, e isso reverbera no "amansar o giz", que Celia Xakriabá tem cunhado, de tomada da escola, modificá-la para que ela passe a pertencer aos povos e suas comunidades. As indígenas têm feito com a escola a gestação, parindo mais uma filha, cuidando, "educando" e construindo a escola como espaço do corpo-território das nossas terras indígenas.

Ao construir histórias como contranarrativas, com autonomia para contar a própria versão, a presença indígena não faz parte apenas de uma história passada, mas sim de uma história que está sendo tecida no presente, rumo ao futuro. Amansar o giz é ressignificar a escola indígena, refletindo sobre os desafios e a importância da educação territorializada. (Texto Amansar o Giz - Celia Xakriabá, (<https://piseagrama.org/amansar-o-giz/>))

Nós, indígenas, tivemos um conflito muito sério no campo da educação quando ela tornou-se oficial. A educação aos moldes da oficialidade é, dentro de um sistema que é "para todas e todos", um sistema que é para indígenas e não indígenas. E, infelizmente, esse modelo silencia e invisibiliza as culturas dos povos indígenas e de outras populações. Na proposta da educação oficial, tem que caber a educação específica e diferenciada



e aí percebemos que é um conflito muito grande, porque é uma mudança de conceito, de ideias e uma mudança do próprio sistema da educação ocidental.

A educação indígena parte das nossas sabedorias ancestrais e com pedagogias que partem do fazer cuidado, do fazer comunitário, que vai dar sustentabilidade para a Educação Escolar Indígena, com a nossa presença das indígenas, exercendo o papel do cuidado com a nossa filha escola. Ainda há uma longa caminhada para desconstruirmos a valorização e a imposição do Estado nas escolas indígenas, das ciências e disciplinas não-indígenas frente à ciência e pedagogia indígena, mas seguimos nos fortalecendo na construção de novos caminhos possíveis.

É nesse contexto que muitas mulheres indígenas, mães da escola e da Educação Escolar Indígena, têm atuado na formação de professoras e professores indígenas que vão trabalhar na sala de aula, com a proposta de atuar na educação escolar no contexto do seu próprio povo, com a educação diferenciada. Com isso, buscam construir a compatibilidade entre a educação escolar que está no mundo não indígena e no nosso mundo indígena, trazendo a diversidade que temos no grande território dos povos do Brasil.

Há o desafio, que nós estamos propondo, de promover este lugar das mulheres indígenas que fazem educação

A PROFESSORA
CHIQUINHA PARESI
TEM DEFENDIDO, EM
ESPAÇOS, QUE A
EDUCAÇÃO ESCOLAR
PARA INDÍGENAS E A
EDUCAÇÃO ESCOLAR COM
INDÍGENAS SÃO DUAS
COISAS COMPLETAMENTE
DIFERENTES. A
EDUCAÇÃO ESPECÍFICA
E DIFERENCIADA DAS
ESCOLAS INDÍGENAS TEM
UMA SUSTENTABILIDADE.

indígena, nos espaços ditos informais e também em espaços formais. Nesse caso, é a mulher indígena que forma outras educadoras e outros educadores, para que não se rendam a outro modelo de educação “de fora”. São as indígenas que mantêm a sustentabilidade da educação indígena: os costumes, a cultura, a identidade, as línguas e o todo que forma o corpo-território das e dos indígenas.





NOSSOS CORPOS EM REDE: A CARAVANA DAS ORIGINÁRIAS DA TERRA 2022

Assim como os biomas formam este grande território, também é no coletivo que formamos o grande corpo-território indígena. Assim como as árvores se comunicam e se fortalecem entre si por um bonito sistema de comunicação por suas raízes, também nós, indígenas mulheres, estamos conectadas em rede. Rede que nos fortalece e que precisa de encontro físico para nutrir-se.

Para isso, a ANMIGA se desafiou a promover encontros e reencontros das indígenas mulheres, promovendo uma rede de articulação e trazendo mulheres que participam de diversas frentes de atuação, desde as suas comunidades/aldeias e associações, como professoras, anciãs, benzedeiças e lideranças que são destaques a nível nacional, regional e local. Realizamos 28 encontros em todos os biomas, envolvendo mulheres de mais de 200 povos.

A partir de cinco eixos principais, promovemos espaços de discussão, buscando fortalecer a participação qualificada das mulheres indígenas. Como

protagonistas e multiplicadoras nos espaços de tomadas de decisão política, buscamos fortalecer o papel de combate à violência e as crescentes violações de direitos, praticadas diariamente contra os povos indígenas do Brasil. Nesses encontros, vivenciamos nossas culturas e, sob a perspectiva das mulheres, reconhecemos, valorizamos e fortalecemos os modos de vida dos diversos povos indígenas. Realizamos práticas de troca e escuta por meio de oficinas e rodas de conversa, também como estratégia de aproximação e reflexão.

Muitas reflexões foram e continuam sendo feitas pela nossa rede, pelo nosso movimento. Uma delas diz respeito à forma como nos identificamos: mulheres indígenas ou indígenas mulheres? Para nós, o pertencimento étnico define nosso lugar na sociedade antes mesmo da questão de gênero, então o termo "indígenas mulheres" pode ser o mais adequado. Porém, muitas construções já foram feitas também com o termo "mulheres indígenas", dando grande visibilidade às

nossas lutas. Seguiremos nessa e em outras reflexões, para que cada mulher que compõe nosso corpo-território coletivo sinta cada vez mais segurança sobre quem é, quem somos.

Como forma de pensar a continuidade dos processos, em nossos encontros foram escolhidas as mulheres raízes e sementes para serem mobilizadoras e articuladoras. Elas organizarão a vinda das mulheres e serão porta-vozes das atividades da

ANMIGA nos territórios, e também ajudarão as mulheres a ecoar suas vozes. Em setembro de 2023, estaremos reunidas em Brasília (DF) para a realização da terceira Marcha das Mulheres Indígenas. Lá, fortaleceremos ainda mais nossa rede, assim como fazemos desde os nossos territórios. Repetiremos que nós somos a continuidade ancestral e diremos sempre: Nós pelas que nos antecederam, nós por nós e nós pelas que virão.

Foto: Edivan Guajajara



Foto: Daniela Huberty



Foto: Oka Apyãwa



Foto: Edivan Guajajara



Foto: Daniele Guajajara



VOCÊ É PROFESSORA OU EDUCADORA E QUER APOIAR DE FORMA MAIS DIRETA A LUTA DAS INDÍGENAS? VEJA NOSSAS DICAS:

- Reconheça e valorize as populações indígenas que estão nos territórios em que você vive;
- Traga as indígenas para a sua escola, promovendo rodas de vivência e trocas interculturais;
- Acompanhe como o seu município está atendendo os direitos indígenas;
- Siga as redes da ANMIGA para acompanhar as lutas e propostas das indígenas.



www.anmiga.org



[@anmigaorg](https://www.instagram.com/anmigaorg)

